



## SER NEGRO NA AMÉRICA LATINA: SOBRE IDENTIDADES PLURAIS E DINÂMICAS DOS AFRODESCENDENTES<sup>1</sup>

### BEING BLACK IN LATIN AMERICA: ON PLURAL AND DYNAMIC IDENTITY OF AFRODESCENDANTS

Eumara Maciel dos Santos<sup>2</sup>

**Resumo:** Nesta escrita, pretendeu-se promover uma reflexão sobre as implicações da identidade afrodescendente na América Latina, sobretudo, em cenas específicas do Brasil e da Colômbia. A pesquisa é de cunho bibliográfico e também partiu da experiência da observação *in lócus* das realidades em questão. Para as reflexões sobre as implicações da identidade negra na diáspora foi utilizado o referencial teórico encontrado em Henrique Freitas (2016), Homi Bhabha (1998), Frantz Fanon (1983), Kabenguele Munanga (1984; 1996; 2004), Silviano Santiago (1978), Stuart Hall (2003) e Valdemir Zamparoni (2007). A partir das discussões, concluiu-se que, a ligação ancestral entre África e América através do tráfico negreiro é marcada pelas implicações do imperialismo europeu em ambos os continentes, fato que inscreve na identidade afrodescendente as marcas da colonização, da escravidão e da emergência das lutas decoloniais, frente às problemáticas das relações raciais.

**Palavras-chave:** Identidade afrodescendente. América Latina. Relações raciais.

**Abstract:** In this writing, it was intended to promote a reflection on the implications of Afrodescendant identity in Latin America, especially in specific scenes of Brazil and Colombia. The research is a bibliographical one and also started from the experience of *in loco* observation of the realities in question. For the reflections on the implications of black identity in the diaspora, the theoretical reference found in Henrique Freitas (2016), Homi Bhabha (1998), Frantz Fanon (1983), Kabenguele Munanga (1984; 1996; 2004), Silviano Santiago (1978), Stuart Hall (2003) e Valdemir Zamparoni (2007). From the discussions, it was concluded that the ancestral connection between Africa and America through the slave trade is marked by the implications of European imperialism in both continents, a fact that inscribes in the afrodescendent identity the marks of colonization, enslavement and the emergence of struggles against the problems of race relations.

**Keywords:** Afrodescendant identity. Latin America. Race relations.

<sup>1</sup> Artigo recebido em 30/04/2019 e aceito para publicação em 10/06/2019.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia. Secretária Executiva na Universidade Federal do Oeste da Bahia. E-mail: eumara.santos@ufob.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6843-3871>. Researcher id: F-8785-2019.

## Introdução

Há um relatório das Nações Unidas que trata dos números referentes à população latino-americana. No documento, indica-se que 150 milhões de afrodescendentes vivem hoje na América Latina e no Caribe: esse dado corresponde a 30 por cento de todos os habitantes. Brasil, Colômbia, Cuba e Panamá são países que têm presença mais significativa. Segundo estudos demográficos, no Brasil, 51,1% da população é preta e parda, apontou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Ou seja, neste último censo, a população de afrodescendentes é maioria no país, por exemplo. No Equador, Peru, Venezuela, Uruguai, aparece um cenário diferente em que cerca de 3 a 6 % da população é declarada afrodescendente. No caso argentino, no início do século XIX, os negros eram cerca de 30 por cento da população de Buenos Aires, a capital, porém, atualmente, a percentagem é quase inexistente.

Na presença ou na ausência de números que mensuram as dimensões dessas populações, não é difícil admitir que vários fatores em comum desenharam as identidades afrodescendentes na América Latina: a colonização no século XVI, seja portuguesa ou hispânica com suas dinâmicas diferentes; a experiência transatlântica do tráfico negreiro, que transportou forçadamente milhares de africanos para as colônias europeias; os processos desumanizadores de escravização colonial; a negação da sua história e de suas culturas através dos séculos e a necessidade de reinvenção dessas identidades diaspóricas, que sobreviveram a essa série de atentados conta a sua humanidade física e moral, que pode ter uma de suas dimensões observadas na seguinte descrição da tragédia do tráfico e da escravidão nas Américas, portanto, uma experiência traumática comum:

Geralmente, dos duzentos ou trezentos escravos acorrentados, transportados por uma embarcação normal, mais de um terço perecia no decorrer dos dois meses que levava a travessia de Uidá até a Bahia. Dos restantes, cerca de um quarto não tinha força para desembarcar. Semelhantes a cadáveres ambulantes, com pele acinzentada e os olhos mortos, davam alguns passos na praia para logo caírem na areia e serem enterrados pouco depois debaixo de alguns punhados de terra americana. Para os que chegavam a alcançar os depósitos do porto e o mercado local, a média de sobrevivência - e isto até o século XVIII - era apenas de sete anos.

Alfred Métraux, descrevendo a deportação no Haiti, considerou paradoxalmente que o advento de Hitler e de seus carrascos de camisa parda representou uma oportunidade para a consciência europeia; somente Buschenwald e a loucura nazista puderam fazer com que os europeus chegassem a compreender o horror que haviam imposto aos africanos. (ZIÉGLER, p.79, 1970)

A trajetória do povo de origem africana no Brasil, por exemplo, não foi diferente, pois é marcada por essa violência da exploração do corpo do não-branco para os trabalhos de qualquer espécie. A discriminação e o preconceito racial estão atrelados à chegada dos negros de diversos pontos da África, que foram traficados e, a partir daí, teve início um período de mais de trezentos anos de escravidão. Nesses processos, tratados como animais e subalternizados por uma dominação branca, foram deixadas profundas e dolorosas marcas na história brasileira e na trajetória do nosso povo.

Então, uma realidade atravessa as identidades afrodescendentes na América Latina, que é reflexo dessas demandas histórico, sociais, econômicas e culturais: são vítimas da pobreza, da exclusão social e da discriminação racial, revelando, assim, uma ligação entre raça e classe em que as identidades são mascaradas por discursos de multiculturalismo e de uma igualdade que não existe, resultando no epistemicídio dessas populações, através negação estrutural ao acesso à saúde, à segurança, à educação, moradia, emprego, água potável, saneamento básico e eletricidade; à existência.

Sem falar da constante violação dos seus direitos humanos, no racismo institucionalizado e no desterritório das populações afrodescendentes, como ocorre na região do Vale do Cauca na Colômbia, por exemplo, com a experiência das famílias que foram expulsas da zona rural e encontraram seu entre-lugar, para usar um termo de Silviano Santiago (1978), ali numa das comunas do distrito de Aguablanca, zona oriental da cidade de Cali, que abriga o maior índice populacional negro e indígena da urbe. Portanto, Aguablanca, antes de qualquer coisa, hoje, é como um quilombo<sup>3</sup> urbano construído pela representação da história da

---

<sup>3</sup> Os Quilombos foram locais de refúgio para os africanos e afrodescendente que fugiam da condição de escravidão colonial no Brasil dos séculos XVI e XIX. Nesses termos, os quilombos foram formas de resistência à violência do sistema escravagista quando ofertavam um espaço de uma dada liberdade para viver conforme suas culturas. Na época colonial, o Brasil chegou a ter centenas quilombos na Bahia, em Pernambuco, em Goiás, no Mato Grosso, em Minas Gerais e em

colonização da América Latina. Ou como no caso das comunidades quilombolas no Brasil na luta pelo direito às terras, que por gerações ocupam contra a vontade de um Estado que apoia as demandas do agronegócio e dos ruralistas que só querem saber de expulsar as populações das áreas que pretendem explorar. A exploração aqui é mesmo utilizada no sentido de espoliação dos recursos naturais: ora, se nem os humanos são respeitados nessa empreitada, imaginem a natureza. Na Colômbia e no Brasil a experiência afrodescendente do desenraizamento não é só das terras do interior, mas um símbolo maior de uma diáspora novamente forçada, suas violentas e dolorosas demandas como que em um ciclo de desigualdade que se cumpre a cada geração sem muitas reparações.

Estamos falando de ciclos de injustiça social que acompanham as populações afrodescendentes em sua trajetória. Daí a importância de se estudar raça na América Latina com todas as variáveis, dos mapeamentos, mesmo que por amostragem dos censos para a análise das demandas, dos impactos e das influências nas vidas das pessoas para o desenvolvimento de políticas públicas, pensando oportunidades específicas para populações com necessidades também específicas, de modo a desenvolver estratégias antirracistas, abordagens interseccional das desigualdades, entre tantas outras com olhares antropológicos, sociológicos, literários, filosóficos, geográficos e históricos.

Ser negro, ser negra na América Latina é compartilhar situações históricas e socioculturais. Ser negro, ser negra na América Latina é conceber como a colonização, o tráfico negreiro, a escravização e a adaptação ao novo continente nos formaram... Afrodescendentes, carregamos a ancestralidade, a história dos nossos, a memória traumática e a desigualdade persistente entre brancos e negros que ainda é tão profunda e manifestada pelo racismo, pela segregação e pela exclusão social como formas de discriminação. Nesses termos, para entender a questão da identidade afrodescendente na América Latina, tudo isso deve ser levado em conta, inclusive as particularidades de cada região em que estão inseridos, com suas práticas culturais específicas, suas dinâmicas sociais diversas no jogo de inclusão-exclusão da resistência na diáspora, pois, as identidades afrodescendentes na América Latina são, sobretudo,

---

Alagoas, neste último estado, existiu o mais famoso, o Quilombo dos Palmares, liderado por Zumbi.

identidades diaspóricas, com suas devidas rasuras, pluralidades e dinâmicas.

### **Pensar a formação da identidade negra na América Latina**

Pelo que perpassa a formação da identidade negra latino-americana? A ponderação inicial a fazer é que a América Latina demorou séculos para reconhecer as contribuições negras na nossa história e na cultura, considerando o fator afro diferente, com tons etnocêntricos, como inferior, como uma alteridade negativa. No caso específico do Brasil, discursos como o da democracia racial ou do racismo cordial forjaram uma ilusão de igualdade racial, sendo que, na prática, nem em raça nem em direitos sociais e civis os afrodescendentes estão equiparados às elites brancas. E mais: essas relações étnicorraciais foram formadas historicamente mediante a construção de imagens e representações sociais.

Essas representações de todos os grupos sociais circulam no meio produzindo sentidos e consequências, no caso da experiência da diáspora negra africana, a representação é historicamente negativa. É preciso, então, rever o que foi aprendido sobre a História da África, a História da América, a História do Brasil – e por que não dizer, a história da humanidade? Para lembrar de que tudo começou no continente com as teorias comprovadas da hominização. Reparar a versão retratada nos materiais didáticos, afirmando que tudo começou na colonização da África com a partilha da Conferência de Berlim, no final do século XIX, ou no tráfico negreiro ou na escravidão. Como que aprisionados no sofrimento, na dependência, na humilhação, no desterritório e na violência, africanos e afrodescendentes pousam na “zona do não-ser” (MBEMBE, 2010, p.188) e da exclusão de uma vida social.

No sentido de retomar uma história negada, sobretudo no cenário atual brasileiro, é preciso ir além da história do Egito faraônico, que nas salas de aula não costumam ser narradas como parte da história africana, em uma generalização silenciadora; ir além das estratégias de contar a África pelo olhar do europeu na mídia e de mascarar o racismo no Brasil com o mito da democracia racial. Não estou falando de um passado, falo do presente e das projeções sobre o futuro de representações: experimente digitar a palavra “África” no *Google* ou no *Youtube*. Constate com seus próprios olhos e ouvidos: esses são problemas que se colocam.

O que pode ser observado é que uma única história é reproduzida sobre o continente africano, representando uma África una, mítica,

exótica, selvagem, lasciva, inferiorizada, sem considerar que é um continente multifacetado, com suas particularidades histórico-culturais, suas belezas, seus encantos, suas tradições, suas rupturas, suas contradições, suas necessidades. Uma história única e negativa, roubando a dignidade das pessoas, como pontuou Chimamanda Adichie. E acrescenta que não é que os estereótipos “[...] sejam falsos, mas sim que eles são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história.” (2009). A problemática da representação é algo que chega a negar a humanidade ao outro quando trata a diferença como algo negativo.

Essas representações às quais me refiro têm a ver também com a negação das matrizes histórico-culturais africanas pelo discurso europeu de superioridade fortalecido nos séculos XVIII e XIX. O etnocentrismo moldou o interesse pelo estudo do continente africano. Somando essa informação ao tráfico negreiro, aos sistemas de escravização, à política de colonização e a busca pela legitimação da supremacia branca e do crime da escravidão através das teorias raciais do século XIX, com Césaire Lombroso, inspiradas em Darwin e Spencer, foram engessados padrões de comportamento e de visão de mundo em que o não europeu era denegado à invisibilidade ou a hipervisibilizações negativas.

Em meio a esses fatos, uma questão persiste: De que maneira trabalhar uma autoconstrução nesse contexto de negação da própria existência enquanto sujeitos, afinal, não foi o colonialismo uma máquina de extermínio das subjetividades, nas palavras fanonianas? “Qual o preço a pagar para reacender o que foi enterrado, ofuscado ou simplesmente esquecido?” (MUDIMBE, p.70, 2013). A primeira reivindicação seria no sentido de afirmar a própria humanidade. Mas, ser humano como qualquer outra pessoa implica a igualdade e aqui reside uma problemática desse humanismo: a homogeneização. Daí um cuidado para não cair em contradição, de modo a negar, novamente, as pluralidades das identidades negras no continente e na diáspora.

Então, como falar de si, de sua identidade, de sua história nesse contexto, se a identidade afrodescendente, como todas as outras, é uma construção de diversas práticas também mutáveis, portanto, não existem como substância? Falo de identidade cultural enquanto um sentimento de pertencimento, de reconhecimento de si entre ‘outros’, na dinâmica da identidade/diferença, que pode levar, inclusive, à subjugação. Quanto a essa definição, os estudos de Stuart Hall tratam a identidade cultural na “pós-modernidade” no âmbito da construção, enquanto algo passível de mudanças de acordo com tempos e espaços. Ainda nesse sentido, Edward

Said afirma sobre essa imagiologia identitária do eu sobre o outro e vice-versa:

A construção da identidade – pois a identidade, seja do Oriente ou do Ocidente, da França ou da Grã-Bretanha, enquanto depósito de experiências colectivas diferentes é, em última instância, uma construção – envolve o estabelecimento de opostos e “outros” cuja realidade está sempre sujeita à contínua interpretação e reinterpretação das diferenças que apresentam em relação a “nós”. Cada época e sociedade recria os seus “outros”. Longe de ser uma coisa estática, a identidade do eu ou do “outro” é um processo histórico, social, intelectual e político muito elaborado que se desenrola como uma competição que envolve indivíduos e instituições em todas as sociedades. (SAID, 2004, p. 394)

Seja onde for, a identidade é algo construído e reconstruído de acordo com os contextos espaciais e temporais em que o indivíduo se encontra. Não é diferente para o indivíduo afrodescendente. Nessa esteira de ações, intercâmbios culturais foram impostos a esses povos em diáspora, de modo a transformar também as suas identidades, que são definidas por Hall como “[...] uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpolados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (2000, p. 13). E, de maneira mais articulada com o que estamos discutindo, é importante pensar que, conforme propôs Kabengele Munanga:

A busca da identidade, no nosso caso no Brasil, apesar da importância, não é uma coisa fácil; é problemática. Essa identidade passa pela cor da pele, pela cultura, ou pela produção cultural do negro, passa pela contribuição histórica do negro na sociedade brasileira, na construção da economia do país com seu sangue; passa pela recuperação de sua história africana, de sua visão do mundo, de sua religião. [...] A questão fundamental é simplesmente esse processo de tomada de consciência da nossa contribuição, do valor dessa cultura, da nossa visão do mundo, do nosso “ser” como seres humanos; e valorizar isso, utilizar isso como arma de luta para uma mobilização; isso é que é importante. (1996, p. 225)

A discussão dessas identidades afrodiaspóricas perpassa, portanto, pela necessidade da retomada histórico-cultural dessas populações, de modo a reconhecer e afirmar as contribuições negras para a formação das nações latino-americanas nesse difícil, porém essencial, trabalho de ressignificação das imagens e imaginários sobre o negro: Eis um dos maiores desafios identitários na luta afrodescendentes na América Latina, afinal, estamos falando de um grupo que “reivindica uma maior visibilidade social face ao apagamento a que foi, historicamente, submetido” (NOVAES,1993, p. 25).

### **Memória e identidade afrodescendente na América Latina**

Quanto à memória e à identidade afrodescendente na América Latina, conforme a defesa de Nilma Lino Gomes (2012), precisam ser concebidas enquanto uma construção histórico, social e cultural, que implica a relação etnicorracial entre o eu e o outro. Nesses termos,

A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares referências civilizatórias que marcam a condição humana. (GOMES, 2012, p. 41)

Ora, se essas identidades são construídas, a abordagem pode ser positiva sem a carga pejorativa da história do nego na América Latina. Nesse sentido, é importante que sejam ressaltados aspectos das culturas africanas e afro-brasileira, ao refletir sobre o protagonismo dos negros na construção da sociedade brasileira, por exemplo. Evidentemente que estamos falando de um processo que demandará séculos de trabalho no sentido de mudar o pensamento social e, portanto, reivindicar para si um espaço social e político de atuação.

No âmbito das discussões sobre as relações raciais para a afirmação da identidade negra, os movimentos sociais cumpriram e cumprem uma importante tarefa não só na denúncia da realidade social e racial como, também, como na reivindicação dos espaços políticos e acadêmicos para os afrodescendentes. No Brasil, essa agenda teve destaque a partir dos anos 1980, mais especificamente no início do processo de abertura política. O Movimento Negro pautou as questões

emergentes dessas populações, tais como o direito à própria cultura, ao território, enquanto parte também da construção da identidade nacional, o reconhecimento da luta dos povos negros para a independência e a chamada para pensar o papel da memória afrodescendente para o reconhecimento e a retomada da diversidade e da pluralidade dessas identidades de contextos diaspóricos.

Essa luta pela identidade negra passa pela necessidade do reconhecimento da trajetória dos africanos e afrodescendentes no continente americano: é preciso um olhar para a história sonogada por séculos a essas comunidades, ora, como defenderam Ki-Zerbo e Hama “[...] o homem é um animal histórico e o homem africano não escapa a esta definição” (2010, p. 23). É preciso admitir que as levas de africanos que aportavam por aqui vinham de distintos lugares do continente, com suas línguas diversas, com suas culturas diferentes, com suas religiosidades, enfim, seus usos e sentidos do pensamento, suas epistemologias africanas. Portanto, um primeiro passo para repensar a omissão da história dos africanos continentais e na diáspora seria o estudo da sua própria trajetória, como sugere o Parecer do Conselho Nacional de Educação do Brasil por exemplo:

Em História da África, tratada em perspectiva positiva, não só de denúncia da miséria e discriminações que atingem o continente, nos tópicos pertinentes se fará articuladamente com a história dos afrodescendentes no Brasil e serão abordados temas relativos: – ao papel dos anciãos e dos griots como guardiões da memória histórica; – à história da ancestralidade e religiosidade africana; – aos núbios e aos egípcios, como civilizações que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da humanidade; – às civilizações e organizações políticas pré-coloniais, como os reinos do Mali, do Congo e do Zimbábwe; – ao tráfico e à escravidão do ponto de vista dos escravizados; – ao papel de europeus, de asiáticos e também de africanos no tráfico; – à ocupação colonial na perspectiva dos africanos; – às lutas pela independência política dos países africanos; – às ações em prol da união africana em nossos dias, bem como o papel da União Africana, para tanto; – às relações entre as culturas e as histórias dos povos do continente africano e os da diáspora; – à formação compulsória da diáspora, vida e existência cultural e histórica dos africanos e seus descendentes fora da África; – à diversidade da

diáspora, hoje, nas Américas, Caribe, Europa, Ásia; – aos acordos políticos, econômicos, educacionais e culturais entre África, Brasil e outros países da diáspora. (BRASIL, Parecer do CNE, 2004, p.17)

Trata-se de promover uma educação para a diversidade, uma educação intercultural que pautar, por exemplo, os valores civilizatórios afrodescendentes, que correspondem a instituições de marcas culturais, tendo como matrizes os modos de vida e de mundivisão dos africanos e africanas trazidos para o Brasil e seus descendentes no Brasil, formando afro-brasilidades, que são resultado do intercâmbio de valores em solo americano. Seja nos modos de comer, de dançar, de fazer música, de falar, ou mesmo de crer: desde o *vudu* haitiano até os *candomblés* no Brasil, há uma leitura da cultura que não é só africana e nem é só latino-americana. É nesse “entre-lugar” que é formada a identidade afrodescendente na América Latina. Nesses termos, a valorização de elementos como a oralidade, a circularidade, a corporeidade, a ludicidade e o cooperativismo são formas de valorização da própria identidade afrodiáspórica na latino-americana.

O cooperativismo, pode ser entendido como um valor civilizatório afro-colombiano, por exemplo, como pude observar em Santander de Quilichao, no interior da Colômbia, quando visitei, em virtude de uma escola de estudos raciais<sup>4</sup>, a Associação Regional para o Desenvolvimento Campesino Nortecaucano, que funciona na Escola Verde. Reunindo produtores voltados para a agropecuária, a associação tem como objetivo implementar e capacitar para produção com fins nos convênios de comercialização com as indústrias. Nesses moldes, conseguem financiamentos específicos, têm acesso a assistência técnica e fazem escoar com maior estabilidade a sua produção nessa dinâmica cooperativa. Fomos levados para observar as etapas da produção marcadamente rudimentar *do almidón de yuca*<sup>5</sup>, para nós, a tapioca, desde a chegada da mandioca até a retirada do almidón para o comércio.

Já em na cidade de Buenaventura, conhecemos a zona portuária que, arremessada ao Oceano Pacífico, tem sua história com a recepção de corpos, experiências e culturas através do tráfico negreiro. Conhecemos a oficina de instrumentos musicais e almoçamos ao som da marimba tocada pelos alunos que a confeccionavam e a afinavam: a musicalidade. Além de

<sup>4</sup> Escuela de Estudios Avanzados en Desigualdades Étnico Raciales – Diálogos entre África, América y Europa (Universidad del Valle)

<sup>5</sup> Amido de mandioca.

visitar a exposição *Partería, saber ancestral e prática viva*, no Centro Cultural de Buenaventura, tivemos o prazer de ouvir as integrantes da associação comunitária de parteiras de Buenaventura ao imergir num universo de saberes tradicionais de mulheres de grande parte da costa pacífica colombiana que se reuniram no sentido de fortalecer sua prática cultural, essa memória viva que atravessa gerações e tonou-se patrimônio cultural mesmo frente aos impasses com a medicina alopática de hospitais. Um exemplo de respeito ao corpo da mulher e do bebê, seu tempo, o espaço que ocupa, os cuidados com a alimentação, com a espiritualidade, respeitando os limites da gestação num ato de gratuito no acompanhamento da gestante antes, durante e depois do parto. Aprendi muito com esse saber tradicional de cuidado com o outro, que também é uma lógica africana.

### **Estratégias para valorização da identidade afrodescendentes**

No sentido da retomada e da valorização das identidades afrodescendentes na América Latina, alguns movimentos de ativismo como a Frente Negra do Brasil nos anos 30, ou as lutas pelo reconhecimento das populações negras e indígenas nos anos 1980, foram pressões que fizeram nascer políticas públicas nos países da América Latina em prol da comunidade negra. Vários foram os fluxos e refluxos das discussões raciais e das conquistas através dessas lutas.

No Brasil, a criação da lei 10.639/03<sup>6</sup> e das diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais, implementada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação no ano seguinte, tornando obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira na Educação Básica no Brasil, o sistema educacional deveria incluir a temática no currículo, tendo em vista a ligação histórico-cultural entre a África e a América. Nesse sentido de rediscussão formação da nossa Nação, uma disciplina chamada *Cultura Africana e Afro-brasileira* passou a ser ofertada na escola que eu frequentava no interior da Bahia. Nesse sentido, essa foi uma conquista dos movimentos negros que demandou um esforço por uma epistemologia não-eurocêntrica na sala de aula, por uma reeducação das relações étnico-raciais, de modo a reconhecer e valorizar as matrizes da

---

<sup>6</sup> Em 2011, a Lei n.º 11.645 revogou a Lei n.º 10.639/2003, incluindo a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Indígena no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Entretanto, é importante citar a sua versão primeira, haja vista que foi um marco na história das conquistas de movimentos sociais.

história e da cultura afro-brasileira, e conseqüentemente pensar o papel da escola na construção da identidade da criança negra.

Apesar de todos os desafios e avanços, é evidente que ainda é insuficiente o modo como a educação formal tem na agenda essa obrigatoriedade no ensino, porém o fato da implementação no currículo da minha escola, com ênfase nas áreas de Educação Artística, Literatura e História, fez com que eu passasse a ter contato e interesse pelos Estudos Africanos, além de ter sido um fator decisivo na minha trajetória, sobretudo a partir das leituras sobre a temática, tais como os estudos sobre raça e racismo de *Kabengele Munanga*; Abdias do Nascimento, em seu discurso, quando Senador, na ocasião dos 110 anos de abolição da escravatura; Elisa Larkin Nascimento, na leitura de *O Sortilégio da Cor; Identidade, Raça e Gênero no Brasil (2003)*, a abordagem da ancestralidade por Fábio Leite, bem como o trabalho de Reginaldo Prandi, em *Mitologias dos orixás (2001)*, entre outros. Seria impensável sair isenta de tais leituras e discussões.

A Lei foi pensada justamente para ofertar uma escola como um espaço de intercâmbio de ideias e como espaço para uma educação decolonial ou uma educação intercultural, ou para a diversidade. Entretanto, ainda há resistência a essa pedagogia decolonial (OLIVEIRA; CANDAU, 2010) do modelo educacional exclusivamente euro-ocidental, que fez, no contexto político atual brasileiro, 55% da população eleger um candidato a presidente com ideais neocoloniais e neoliberais, por exemplo. Sabendo disso, este estudo também pode representar um enfrentamento às investidas de desarticulação da educação para as relações etnicorraciais, e, conseqüentemente, das ameaças de retrocessos que pairam sobre as conquistas históricas no campo da educação no Brasil, incluindo os avanços como a Lei 10.639/03 e as políticas de cotas raciais.

No mesmo movimento de política de reparação, conforme citei, a Lei nº 12.711 foi sancionada em agosto de 2012, criada no sentido de reduzir a desigualdade social, democratizando o acesso ao ensino superior no Brasil. Conhecida como a Lei de Cotas, ela é destinada a egressos do ensino médio que estudaram integralmente na rede pública e que são oriundos de família de baixa renda, tendo se autodeclarado preto, pardo ou indígena. Para essas comunidades, há a reserva de, no mínimo, 50% das vagas totais nas universidades e institutos federais.

As cotas raciais são o mínimo de reparação que o Estado brasileiro pode fazer pelos séculos de exploração dos africanos e afrodescendentes numa sociedade que permaneceu escravagista, mesmo

após a abolição da escravatura, tendo em vista que os negros formam abandonados à própria sorte para voltarem a viver em sistemas análogos ao da escravidão, com a instauração do capitalismo nas colônias.

A orientação das Nações Unidas é no sentido de que os povos afrodescendentes devem ter seus direitos protegidos como qualquer outro grupo da sociedade. Entretanto, sabemos que o racismo institucionalizado é um grande entrave para a promoção da igualdade de direitos políticos e sociais entre brancos e não-brancos. Nesse sentido, é importante destacar o papel da educação formal, por exemplo, a escola que questiona de que modo os docentes podem contribuir para diminuir as desigualdades, afirmando e valorizando a cultura afro-brasileira na escola. Artíficos como o estudo da história material para provar a importância das populações afro-americanos.

### **Considerações finais**

Nesses termos, é importante o trabalho com a memória, no sentido de admitir a dolorosa história entre América Latina e África. É traumática, mas precisamos lembrar, inclusive para impedir que histórias como essas se repitam e para fortalecer as lutas e o discurso político do movimento negro. Então, no âmbito global, em 1994, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) lançou o programa *A Rota dos Escravos*, de modo a incentivar a criação de uma rede a nível transnacional de pesquisas que abordem a história do tráfico transatlântico de escravos, a memória da escravidão nas colônias e, sobretudo, as formas de resistência das populações africanas e afrodescendentes escravizadas.

Ações como essas são importantes para o sentido de garantir uma epistemologia que vá além do que é definido como canônico, carregado do pensamento ocidental almejando, nas palavras de Henrique Freitas (2016, p.81) uma: “Educação fora do crivo greco-romana [...] a fim de dar conta da complexidade dos estéticas que norteiam as tradições afro-brasileiras” Uma luta conta a epistêmica e epistemicida ocidentalização dos saberes e a subalternização dos saberes (QUIJANO; SOUZA SANTOS, 2009) africanos, negro-africanos, afrodescendentes e afro-brasileiros. E, neste último caso, há que se formar um pensamento e ações de enfrentamento ao projeto político nacional de desmonte das conquistas institucionais pensando a diversidade através dos cortes de verbas da educação básica, dos programas nacionais de edição de livros didáticos, do

ensino superior, da pós-graduação, da pesquisa. Daí a importância de pensando sempre em reverter institucionalmente essa situação com o fortalecimento, na América Latina, de iniciativas como a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, da Associação Baiana de Pesquisadores Negros, dos Grupos de Trabalho dos congressos, das associações profissionais, das linhas de pesquisa, dos grupos de pesquisa, dos Programas de Pós-graduação, dos centros de Estudos Africanos, dos programas de formação de professores, enfim, das propositivas e não apenas teóricas formas da educação para a diversidade, uma educação para as identidades culturais, uma educação decolonial.

Esses são desafios contra os modelos desumanos coloniais e a favor de formas humanas contracoloniais. Que não nos distanciemos, então, dos valores ancestrais do outro lado do Atlântico para pensar criativamente em como resolver problemas coletivos sempre contra o neoimperialismo, o neocolonialismo, o capitalismo e o liberalismo como instrumentos de alienação de nós mesmos, daí a emergência em termos propositivos dessa luta contra o preconceito e o racismo: trata-se de racializar os debates identitários visando a igualdade de direitos na diversidade que é a América Latina.

### Referências

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Maria Adriana da Silva Caldas. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

FREITAS, Henrique. **O arco e a arkhé**: ensaios sobre literatura e cultura. Salvador: Ogum's Toques Negros, 2016.

HALL, Stuart. Pensando a Diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, Cidadania e Democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil, in: **RESGATE: Revista de Cultura**, nº 6. Campinas: Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas, dezembro de 1996, p. 17-24.

MUNANGA, Kabengele. Identidade Étnica, Poder e Direitos Humanos. **Revista THOT**, n. 80. São Paulo: Palas Athena, 2004, p. 19-29.

MUNANGA, Kabengele. O Universo Cultural Africano, in: **Revista Fundação João Pinheiro**, 14 (1-10). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, julho a outubro de 1984.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NGOZI ADICHIE, Chimamanda. / Tema: **A Essência das Coisas Não Visíveis**. Conferência Anual - TED global 2009 - de 21 a 24 de julho Oxford, Reino Unido.

SAID, Edward. **Orientalismo**. Lisboa, Cotovia, 2004.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: **Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural**. São Paulo: Perspectiva: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978.

**UNESCO**. Disponível em: [http://portal.unesco.org/culture/es/ev.phpURL\\_ID=25659&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/culture/es/ev.phpURL_ID=25659&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html). Acesso em: 13 de nov. de 2108.

ZAMPARONI, Valdemir. A África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro. **Revista Ciência e Cultura**, v. 59, n. 2, São Paulo, 2007.